



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682426 - SP (2021/0232892-3)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
RAFAEL RODRIGUES VELOSO - MG143786  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JOSE AUGUSTO LAURENTINO DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar, impetrado em favor de JOSE AUGUSTO LAURENTINO DOS SANTOS, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução Penal n. 0005180-32.2021.8.26.0496).

O Juízo da execução indeferiu o pedido de progressão de regime de cumprimento de pena do paciente para o semiaberto.

Inconformada, a defesa interpôs agravo em execução perante a autoridade coatora, que negou provimento ao recurso.

A impetrante sustenta que o paciente atenderia a todos os requisitos legais para progredir do regime fechado para o semiaberto.

Ressalta que, além de cumprir o requisito objetivo, possui atestado de bom comportamento e parecer favorável do exame criminológico, razão pela qual deve ser agraciado com o benefício legal.

Requer, liminarmente, que o paciente seja colocado em regime semiaberto até o julgamento final do *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para certificar o preenchimento dos requisitos objetivo e subjetivo e conceder a progressão para o regime semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado nota-se que foram declinados os fundamentos para o indeferimento do pleito de progressão de regime, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 79/82):

*"É bem verdade que, para fins de progressão de regime prisional, a teor do artigo 112 da Lei de Execução Penal, com a nova redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019, não é mais exigido o exame criminológico, nem tampouco o parecer da Comissão Técnica de Classificação, o que não quer dizer que esteja o Magistrado impedido de determinar a realização de exame por profissionais da área da psiquiatria, em especial, ou de outra, desde que entenda necessárias tais providências. Ademais, dispõe o referido artigo 112 da Lei de Execução Penal que:*

[...]

No caso vertente, constata-se que o ora agravante, reincidente, fora condenado a cumprir a pena privativa de liberdade de sete (07) anos, oito (08) meses e treze (13) dias de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática de dois roubos agravados, crimes graves a demandarem indagações e respostas adequadas para a verificação sobre se o reeducando reúne, efetivamente, condições do ponto-de-vista subjetivo para progredir de regime prisional. O término de cumprimento da reprimenda está previsto para o distante dia 06/07/2026, se nada de anormal ocorrer até lá, destacando-se que o tipo de crime e o “quantum” da reprimenda corporal servem também, “data venia”, para demonstrar a periculosidade do agravante.

Consta, ainda, que o agravante registra a prática de quatro(04) faltas disciplinares de natureza grave, a última delas ocorrida em 22/04/2020 (fls. 23).

Assim, em razão destas informações, o digno Magistrado sentenciante, sabiamente, optou por determinar a realização de avaliação, concluindo os “experts” que o sentenciado “denota relativa crítica em relação aos delitos cometidos” E, ainda, que ele “possui registro de atitude negativa nesta unidade. No momento, denota perceber situações que causam frustração de forma instável e com dificuldades na manutenção assertiva de comportamentos” (fls. 28).

Com efeito, conquanto tenham os “experts”, no relatório conjunto de avaliação, apontado alguns pontos favoráveis ao benefício pleiteado, o Juiz não está adstrito aos resultados dos referidos laudos, “podendo aceitá-los ou rejeitá-los, no todo ou em parte”, nos termos do que dispõe o artigo 182 do Código de Processo Penal. Como se sabe o Juiz é o “perito peritorum”.

Assim, no vertente caso, constata-se que, se por um lado, preenchido o requisito objetivo (de ordem temporal), por outro, ausente o subjetivo, que é caracterizado por elementos de ordem social capazes de demonstrar ser ele merecedor do benefício.”

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência